AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243 Telephone +251 115 517 700 Website: www.african-union.org
Fax: +251 115 517 844 Addis Ababa, ETHIOPIA

CONSELHO EXECUTIVO
Vigéssima-Sexta Sessão Ordinária
23 – 27 de Janeiro de 2015
Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/873(XXVI)
Original: Inglês

RELATÓRIO SOBRE A 5ª PLATAFORMA REGIONAL DE ÁFRICA E TERCEIRO ENCONTRO DE ALTO NÍVEL DA REDUÇÃO DO RISCO DE CALAMIDADES
ABUJA, REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA
13 - 16 DE MAIO DE 2014

RELATÓRIO DA TERCEIRA REUNIÃO DE ALTO NÍVEL DE REDUÇÃO DO RISCO DE CALAMIDADES ABUJA, REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA

I. Historial

1. A Terceira Reunião de Alto Nível sobre a Redução do Risco de Calamidades foi realizada no âmbito da Quinta Plataforma Regional de África para a Redução do Risco de Calamidades de 13 a 16 de Maio de 2014 em Abuja, Nigéria. A reunião foi organizada e presidida pela República Federal da Nigéria e convocada pela Comissão da União Africana com o apoio da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e do Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Calamidades (UNISDR).

II. Organização e Participação

2. Mais de 900 participantes de governos africanos (37 Estados Membros da UA), as Comunidades Económicas Regionais, os parceiros de desenvolvimento, incluindo doadores, as Organizações das Nações Unidas, Organizações Não Governamentais, as Sociedades da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, instituições académicas, científicas e tecnológicas e de outras organizações internacionais, reuniram-se com os presidentes do conselho municipal e governos locais, os parlamentares, profissionais da comunidade, pessoas portadoras de deficiência, jovens, grupos de mulheres, o sector privado e a imprensa deliberaram activamente sobre a contribuição de África para o Quadro para a Redução do Risco de Calamidades pós-2015.

3. Participaram os seguintes Estados Membros da UA: Argélia, Benin, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Comores, Congo, República Democrática do Congo, Côte d'Ivoire, Djibouti, Egipto, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau*, Quênia, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seychelles, Sierra Leonne, África do Sul, Sudão do Sul, Sudão, Suazilândia, República Unida da Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia, Zimbabwe

4. Estavam igualmente presentes as seguintes agências internacionais: FAO; IMO, PNUD, Programa Global de Identificação de Risco (GRIP); UNECA; UNEP; UNESCO; UN-HABITAT; UNICEF; UNISDR; UNOCHA, UNOOSA/UNSPIDER; PMA; OMS; WMO. ONGs e academias: Visão Mundial, Fundação Rockefeller, Centro de Controle e Prevenção de Doenças, Oxfam GB, Arte da Fundação de Vida e Peri-Peru.

III. Cerimónia de Abertura

5. Os Discursos de boas-vindas foram feitas pelas seguintes personalidades:

- Sr. Muhammad Sani Sidi, Director Geral da Agência Nacional de Gestão de Emergências, República Federal da Nigéria,

- Senador Bala Abdulkadir Muhammed CON, Ministro da Administração do Território Capital Federal de Abuja, República Federal da Nigéria;

- Sr. Daouda Touré, Coordenador Residente das Nações Unidas, Nigéria.

Os discursos de Abertura foram feitos pelos seguintes dignatários:

- Dra. Fatima Diaw Sow, Comissária do Departamento de Género e de Desenvolvimento Humano, Comissão da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental;

- S. Excia., Sr. Ryuichi Shoji, Embaixador do Japão para a Nigéria;

- Sra. Margareta Wahlström, Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Redução do Risco de Calamidades (RESG);

- S. Excia., Tumusiime Rhoda Peace, Comissária para a Economia Rural e Agricultura, Comissão da União Africana.

Abertura Oficial

6. Senador Anyim Pio Anyim (GCON), Secretário do Governo da Federação, República Federal da Nigéria

IV. Sessão de Peritos

7. A sessão de peritos foi moderada pelo Sr. Muhammad Sani Sidi, Director Geral da Agência Nacional de Gestão de Emergências, República Federal da Nigéria. O Sr. Koffi Portuphy de Gana fez trabalho de relator assistido pela Sra. Pamela Komujuni da Comunidade da África Oriental, o Sr. Patrick Kangwa da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, o Sr. Ibrahim Mohamed Ibrahim da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, o Sr. Khalid Marga da União do Magrebe Árabe, e Sr. Efoya Bongole da Comunidade Económica dos Estados da África Central.

8. Durante a sessão de peritos, a Comissão da União Africana apresentou os progressos da preparação da África para a III Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Redução do Risco de Calamidades, a ser realizada em Sendai, Japão em Março de 2015, que irá adoptar o Quadro da Redução do Risco de Calamidades. O relatório contém as preocupações e as prioridades de África na criação de resiliência e na mitigação dos impactos de calamidades. Os Peritos debateram e enriqueceram ainda mais a Declaração Resumo sobre a Contribuição de África para o Quadro para a Redução do Risco de Calamidades pós-2015 e elaboraram a Declaração para a consideração da Reunião de Alto Nível.

V. Segmento de Alto Nível

9. A Reunião de Alto Nível foi presidida por S. Excia., Barnabas Sibusiso Dlamini, o Primeiro Ministro do Reino da Suazilândia. O sr. Koffi Portuphy de Gana apresentou o projecto da Declaração Resumo e a Declaração sobre a Contribuição de África para o Quadro da Redução do Risco de Calamidades pós-2015. A Reunião de Alto Nível aprovou a Declaração Resumo e a Declaração com algumas alterações e solicitou a Comissão a apresentar a questão ao Conselho Executivo para apreciação.

EX.CL/873 (XXVI)
Anexo 1

DECLARAÇÃO RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO DA ÁFRICA NO QUADRO PARA A REDUÇÃO DO RISCO DE CALAMIDADES PÓS-2015

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

5ª PLATAFORMA REGIONAL DE AFRICA E 3ª REUNIÃO DE ALTO NÍVEL SOBRE A REDUÇÃO DE RISCO DE CALAMIDADES

● ABUJA (NIGÉRIA) ● 13 A 16 DE MAIO DE 2014 ●

DECLARAÇÃO RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO DA ÁFRICA NO QUADRO PARA A REDUÇÃO DO RISCO DE CALAMIDADES PÓS-2015

Abuja, República Federal da Nigéria, 16 de Maio de 2014

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

5ª PLATAFORMA REGIONAL DE AFRICA E 3ª REUNIÃO DE ALTO NÍVEL SOBRE A REDUÇÃO DE RISCO DE CALAMIDADES

● ABUJA (NIGÉRIA) ● 13 A 16 DE MAIO DE 2014 ●

DECLARAÇÃO RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO DA ÁFRICA NO QUADRO PARA A REDUÇÃO DO RISCO DE CALAMIDADES PÓS-2015

Mais de 900 participantes de 44 países e parceiros reuniram-se em Abuja, Nigéria, de 13 a 16 de Maio de 2014 para o 5ª Plataforma Regional de África para a Redução do Risco de Calamidades. Os intervenientes de governos, Comunidades Económicas Regionais, parceiros de desenvolvimento, incluindo doadores, Organizações das Nações Unidas, Organizações Não-Governamentais, a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, instituições académicas, científicas e tecnológicas e, outras organizações internacionais, reuniram-se com os presidentes do conselho municipal e com governos locais, parlamentares, profissionais da comunidade, pessoas portadoras de deficiência, jovens, grupos de mulheres, sector privado e meios de comunicação para avaliar o progresso da redução do risco de calamidades em África e consolidar a Contribuição da África para um Quadro para a Redução do Risco de Calamidades pós-2015, a base pela qual constitui a Estratégia Regional Africana sobre a Redução do Risco de Calamidades (2004) e a Extensão associada do Programa de Acção (2006-2015) e do Quadro de Acção de Hyogo (2005-2015).

A Plataforma foi convocada pela Comissão da União Africana e acolhida pela República Federal da Nigéria, com o apoio da Comissão da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental e o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Calamidades e outros parceiros. As recomendações estão resumidas abaixo: Página **2** de **7**.

A. Quadros Institucionais e de Factores de Risco Regional

A maioria das calamidades em África são hidrometeorológicas. A seca, em particular, é reconhecida como uma prioridade regional, juntamente com as vulnerabilidades crónicas e com a insegurança alimentar. O impacto dos riscos recorrentes de pequena escala continua a ter um impacto significativo no desenvolvimento sustentável e apelam a uma maior atenção nos esforços nacionais e regionais para reduzir o risco das calamidades. Reconhecendo a variação regional em perfis de risco, as vulnerabilidades particulares de Estados

insulares têm de ser reflectidas nas estratégias e nas acções regionais. A rápida urbanização, as infra-estruturas vulneráveis, a terra e a degradação ambiental, a pobreza extrema, a insegurança alimentar e doenças continuam a impulsionar o risco e debilitar a resiliência. O conflito violento está intimamente associado com o risco de calamidades e precisa-se de se considerar esforços relaccionados para prevenir conflitos como parte dos esforços globais para criar a resistência às calamidades.

1. A política e legislação adequada, incluindo os quadros regulamentares, desempenharam um papel importante no tratamento dos riscos de calamidades em muitos países africanos; Estes processos devem ser reforçados, incluindo os fóruns parlamentares ao nível regional e nacional, e apoiados pela capacidade institucional fortalecida para fazer cumprir a legislação.

2. A inclusão de redução do risco de calamidades nas políticas municipais e descentralizadas permitirá aprofundar a redução do risco. A descentralização deve ser complementada por uma maior responsabilização e transparência na aplicação da redução do risco de calamidades através de alocação de responsabilidades e recursos a todos os níveis administrativos.

3. A participação do público na elaboração de políticas, melhor garantirá que as vulnerabilidades específicas das crianças, jovens, mulheres, idosos e pessoas portadoras de deficiência, entre outros, sejam abordadas e ajudará a assegurar que a liderança e capacidades destes grupos sejam totalmente alistadas num esforço de criar a resiliência.

4. Os quadros de investimento de programas multi-sectoriais e de multi-riscos, com orçamento claro irão ajudar na tradução de políticas em programas acionáveis, em particular quando for dada uma atenção à capacitação e retenção de capacidades em todos os níveis - dos decisores políticos até aos profissionais da comunidade.

5. As plataformas nacionais e locais reforçadas podem melhorar a gestão de riscos e melhorar a política, planeamento e financiamento. Os esforços para acelerar a inclusão nestas plataformas, através de fóruns consultivos de intervenientes institucionalmente organizados (por exemplo, bancadas parlamentares, plataformas de praticantes da comunidade, redes de jovens e das mulheres), podem facilitar a aprendizagem, a acção coordenada e o impacto das plataformas nacionais e locais.

6. Os esforços de envolver os Chefes de Estados e Governos através da União Africana proporcionam mais meios na consolidação da liderança política ao mais alto nível para a coordenação da redução de risco de calamidades e adaptação às alterações climáticas e para garantir a criação e fortalecimento de plataformas nacionais e locais.

7. As calamidades não são limitadas pelas fronteiras administrativas e exigem políticas e programas transfronteiriços. Os movimentos de população induzidos por calamidades (de início rápido - e lento) e conflitos violentos de longo prazo exigem uma cooperação transfronteiriça. O desenvolvimento e

aperfeiçoamento de informação climática sub-regional e os sistemas de aviso prévio de multi-risco podem informar, e assim melhorar, a prevenção, preparação e acção atempada de resposta.

8. As abordagens integradas e coordenadas para a redução do risco de calamidades, adaptação às alterações climáticas e aspectos relaccionados com a prevenção de conflitos podem reduzir a fragmentação dos recursos e melhorar o impacto dos investimentos.

9. O apoio sistemático à expansão e financiamento das redes existentes das instituições académicas e de formação podem ajudar a edificar e fortalecer a capacidade humana, por exemplo, por meio de consórcios e parcerias.

10. O estabelecimento de mecanismos regionais que permitem um envolvimento mais activo de um leque mais vasto de parceiros de ciências (incluindo saúde e agricultura) podem apoiar nos esforços mais amplos para estabelecer um painel consultivo de ciência internacional para a redução de risco de calamidades e para trazer o conhecimento científico, local e indígeno dentro dum quadro comum de entendimento.

11. A inclusão de género em todos os planos de programas de redução de risco de calamidades, prevenção e preparação. Mecanismos de vigilância e de comunicação devem ser reforçados com a finalidade de criação de resiliência.

12. O papel das mulheres, em especial os grupos organizados de moradores dos bairros de lata e mulheres rurais, deve ser reconhecido através de convintes ao seu envolvimento no processo de tomada de decisão, na concepção de política e de programa, implementação, monitorização e avaliação para o objectivo da igualdade de género e empoderamento das mulheres.

13. A África tem significativamente uma grande população jovem e vibrante. Diante a este cenário, e das suas altas vulnerabilidades socio-económicas nos impactos das calamidades, as crianças e os jovens devem ser envolvidos significativamente na planificação e implementação futura de redução do risco de calamidades. Se não o fizer pode arriscar a sustentabilidade dos investimentos actuais da redução de risco. Os jovens devem ser capacitados com habilidades específicas que lhes permitam aplicar melhor a sua criatividade e inovação na redução do risco de calamidades.

14. Os representantes eleitos localmente proporcionam uma relação directa e imediata para as comunidades locais e estão na linha da frente dos esforços para reduzir os riscos de calamidades. Os esforços para envolver representantes eleitos localmente na planificação nacional para a redução do risco de calamidades precisam de ser acelerados.

15. A imprensa deve ser reconhecida como uma parte integrante dos processos de redução de risco de calamidades e deve assumir responsabilidade

através de difusão de informação justa e precisa sobre a prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.

16. Os mecanismos públicos de informação devem ser postos em prática para programas de redução de risco de calamidades sub-nacionais, urbanos, e ao nível da comunidade (por exemplo, os relatórios parlamentares, os sites de informação aberta e reuniões comunitárias). Estes podem ser ligados aos mecanismos nacionais de controlo e comunicação e apoiados ainda através de mobilização de redes de imprensa. As tecnologias abertas de fonte em nuvem (*cloud-sourcing*) e controlo melhorado dos riscos ao nível comunitário prometem um apoio adicional para a prestação de contas. Da mesma forma, os mecanismos de financiamento devem ser concebidos de modo a facilitar a transparência e a prestação de contas.

17. As imolações para tratar a relação entre a pobreza e à corrupção devem ser vistos como um valioso activo nos esforços para promover a resiliência à calamidades.

B. Integração da Redução do Risco de Calamidades e da Adaptação às Alterações Climáticas

O ano de 2015 será marcado por três acordos importantes - um quadro para a redução do risco de calamidades pós-2015 (Março de 2015), os objectivos de desenvolvimento sustentável (Setembro de 2015) e os acordos de alterações climática através da UNFCCC (Dezembro de 2015). Os esforços para assegurar que estes acordos internacionais sejam coerentes e se reforçam mutuamente contribuirão para os benefícios múltiplos aos níveis nacionais e locais. O impacto combinado da variabilidade climática e da alteração climática dá novo ímpeto aos esforços para resolver as causas subjacentes de risco (Prioridade de HFA para Acção 4) e os compromissos para mitigar as emissões de gases com efeito de estufa criam novas oportunidades para investir em resiliência.

18. A adaptação da alteração climática e a integração da redução de risco de calamidades formam elementos de base para a prevenção de riscos actuais e futuros, levando a resiliência.

19. A coordenação deve ser aumentada ao nível institucional entre as comunidades de redução de risco de calamidades e das alterações climáticas, designadamente através do desenvolvimento de sinergias entre os quadros e convenções relevantes ao nível global. As plataformas comuns para a resiliência foram propostas como um próximo passo prático. O quadro de desenvolvimento pós-2015 proporciona um veículo importante para essa integração, porque esta abordagem tem que ser introduzida na prestação de serviços sociais básicos, incluindo a educação, saúde e água (entre outros).

20. As funções e responsabilidades (por exemplo, das agências nacionais de gestão de calamidades, monitorização de riscos e emissão de avisos) precisam de ser esclarecidos por meio de políticas, legislação e de mecanismos de coordenação institucional. Devem ser estabelecidas ligações mais sistemáticas entre as agências técnicas (tais como, os serviços

meteorológicos, hidrológicos e climáticos) e as agências de gestão de risco de calamidades. Os dados climáticos e de aviso prévio devem ser adaptados para serem acessíveis por diferentes sectores e actores ao nível comunitário. Os sistemas de comunicação e de canais relaccionados devem ser reforçados com o objectivo de utilizar as informações para uma acção atempada.

21. A disponibilidade e acesso à informação sobre os riscos, perdas e danos associados com os perigos relaccionados com o clima e calamidades devem ser reforçados para a planificação do desenvolvimento sectorial, local e nacional. Isso exige que a informação adequada seja reforçada, disponível e comunicada em línguas locais e em formatos que tomam em conta as necessidades especiais das pessoas portadoras de deficiências.

22. As abordagens baseadas em ecossistemas e esforços relaccionados para reverter o ambiente e degradação da terra devem ser reforçados como um meio para gerir os riscos de calamidades e proporcionar benefícios sócio-económicos múltiplos. Este é um apelo para abordagens a longo prazo no sentido de sustentar ecossistemas saudáveis. As organizações das bacias hidrográficas devem ser reconhecidas a desempenhar um papel fundamental e devem ser feitos esforços para alavancar os mecanismos da UA já existentes a este respeito. A monitorização do cumprimento ambiental e a aplicação dos acordos ambientais multilaterais nos planos do governo apoiam estes esforços.

23. Reconhecendo o impacto das alterações climáticas nas zonas urbanas, os esforços aprimorados para enfrentar os riscos urbanos é uma prioridade para a África. O conhecimento nesta área deve ser ampliado como forma de catalizar uma acção eficaz, em parceria com as comunidades urbanas. O ordenamento territorial susceptível às calamidades (nomeadamente através da utilização de ferramentas tais como, o perfil de resiliência), a execução de códigos de construção e de investimentos em infra-estruturas urbanas resistentes podem ser aplicados para evitar a acumulação de novos riscos. As capacidades técnicas dos gestores municipais e profissionais podem ser melhoradas através de intercâmbios de cidade-a-cidade, entre a sociedade civil, centros técnicos e institutos, universidades e a contratação de especialistas nacionais.

24. A Redução do risco de calamidades e de adaptação às alterações climáticas devem ser integradas nos sistemas de ensino, incluindo currículos (em todos os níveis) e em quadros de segurança de escolas de ensino geral para garantir uma educação segura e ininterrupta.

25. A educação e sensibilização comunitária, incluindo a educação informal no tocante a redução do risco de calamidades e adaptação às alterações climáticas será melhorada através da coordenação de esforços das autoridades governamentais, da sociedade civil e de público em geral. A imprensa abrange uma vasta gama de ferramentas de comunicação e

representa um recurso pouco utilizado que poderia apoiar as novas abordagens para a construção de resiliência em África.

26. Deve ser dada uma maior atenção à Instituições de Ensino Superior, que constituem os principais recursos para o fortalecimento de ciência, tecnologia relacionadas com o risco de calamidades e jogar cada vez mais um papel importante no avanço do conhecimento de risco relevante, capacidade de pesquisa e de habilidades na gestão de riscos actuais e futuros.

27. A saúde é um imperativo para a redução do risco de calamidades e resiliência da comunidade. O estado e metas de saúde devem estar entre os indicadores para monitorização e relatórios sobre as realizações da redução de risco de calamidades.

28. Garantir que os ganhos de recuperação sejam traduzidos em resistência através de desenvolvimento de estratégias de protecção financeira para os governos responderem rapidamente após as calamidades e desenvolverem planos de recuperação de resistência que abordam questões como a gestão de resíduos de calamidades e de investimentos em infra-estruturas resistentes, entre outros.

29. Uma abordagem centrada nas pessoas para a redução do risco de calamidades é essencial para a construção de resistência. Institucionalizar ligações entre a redução do risco de calamidades com base comunitária, as políticas e acção nacional e sub-nacional.

C. Investimentos em Redução de Riscos de Calamidades

O rápido crescimento económico em África oferece oportunidades para aumentar o investimento na redução do risco de calamidades, mas coloca igualmente desafios.

30. Os perfis de riscos globais criam um ambiente de investimento propício para a redução do risco de calamidades e podem incentivar o uso mais amplo de avaliações de risco para informar as decisões de investimento do sector público e privado e para ter como alvo o financiamento da redução de risco de calamidades e financiamento.

31. Há uma necessidade de reforçar as capacidades técnicas das instituições responsáveis pelo acompanhamento e análise de perigo, exposição e componentes de vulnerabilidade de risco. As políticas e estratégias nacionais e regionais incluem avaliações de risco que facilitam o direcionamento de intervenções para apoiar, por exemplo, a protecção das crianças e as vulnerabilidades das pessoas portadoras de deficiência. Os mecanismos de financiamento devem ser alinhados para apoiar o desenvolvimento de informação relaccionada com o clima e com as calamidades.

32. Novos fóruns e plataformas podem ser estabelecidos pelo sector privado para reforçar a coordenação e galvanizar as acções de redução de risco de calamidades, estas poderiam reconhecer o papel que as pequenas e médias

empresas desempenham nos esforços de prevenção. As políticas públicas baseadas em modelos de negócios sólidos podem incentivar um maior investimento do sector privado na redução do risco de calamidades.

33. As Parcerias Público-Privadas para a redução do risco de calamidades deveriam ser reforçadas para promover investimentos resistentes, aumentar as oportunidades de emprego ao nível da comunidade, aumentar a responsabilidade para o sector privado e assegurar a relevância do investimento do sector privado para beneficiar comunidades vulneráveis, evitando riscos futuros.

34. Devem ser desenvolvidas as estratégias de autorização e de investimento financeiros e os governos nacionais devem alocar os recursos necessários para os serviços sociais básicos, adaptáveis, escaláveis e flexíveis e sistemas de protecção social, incluindo as redes de segurança e garantir que as oportunidades de financiamento estejam disponíveis para a segurança alimentar e construção de resiliência das comunidades.

35. As iniciativas regionais, tais como a Capacidade de Risco Africano, uma entidade especializada da UA, apresentam oportunidades importantes para proteger a segurança alimentar das populações vulneráveis.

D. Duração do Quadro para a Redução do Risco de Calamidades Pós-2015

O quadro pós-2015 sobre a redução do risco de calamidades deve ter a duração semelhante à do Quadro de Acção de Hyogo - Pelo menos 10 anos, a fim de garantir mecanismos de controlo adequados baseados em resultados para o novo quadro.

E. Reforço de Compromissos

Os delegados recomendaram fazer o quadro pós-2015 mais orientado em acção, levando em consideração as áreas prioritárias de HFA, e gerar compromissos de todos os actores e intervenientes por realizar o seguinte:

36. Implementar a redução do risco de calamidades em linha com as abordagens baseadas em direitos para gerar um alto nível de responsabilidade institucional.

37. Fortalecimento da consciência e do conhecimento em todos os níveis para todos os intervenientes é fundamental para gerar o compromisso certo para a implementação. Isto deveria incluir um foco na capacitação em todos os níveis para apoiar as comunidades de praticantes de redução de risco de calamidades.

38. A atribuição de uma percentagem dos orçamentos públicos para a redução do risco de calamidades, com um maior investimento na mitigação, preparação e resposta de calamidades, informados por meio de análises económicas e avaliações de risco. Estes deveriam ser apoiados por

estratégias de compromissos financeiros e orientações técnicas para integrar a redução do risco em investimento público.

39. Institucionalizar o engajamento e o envolvimento da sociedade civil, reconhecendo os vários pontos fortes das organizações nacionais, internacionais e liderada pela comunidade e da gama de capacidades que essas organizações oferecem em termos de política e advocacia, pesquisas práticas, capacitação, criação de redes e mobilização de compromisso, entre outros.

40. Lançamento de esforços de advocacia no sentido de marcar a mudança de 'sensibilização' de 'como-fazer' (por exemplo, a implementação de 10 pontos essenciais para tornar as cidades resistentes), incluindo através de apoio de assistência técnica especializada dedicada prestada pelos governos e pelos parceiros nacionais.

41. Estabelecer mecanismos de responsabilização claras com monitorização e com relatórios de progresso para ajudar a gerar um compromisso para a implementação. O relatório anual poderia ajudar a superar os atrasos verificados na execução do HFA. Os mecanismos de comunicação para os investimentos do governo na redução do risco de calamidades deveriam ser reforçados, incluindo as capacidade de monitorizar os dados e informações sobre os perigos, perdas e danos sectoriais.

42. O Sistema das Nações Unidas deveria tomar como base o Plano de Acção da ONU sobre a Redução do Risco de Calamidades para a Resiliência como uma ferramenta eficaz para a coordenação. A UNISDR deveria continuar a prestar apoio à Comissão da União Africana e as Comunidades Económicas Regionais para a defesa reforçada de política, coordenação, monitorização e de avaliação mais eficazes.

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243 Telephone +251 115 517 700 Website: www.african-union.org
Fax: +251 115 517 844 Addis Ababa, ETHIOPIA

SC13846

CONSELHO EXECUTIVO
Vigéssima-Sexta Sessão Ordinária
23 – 27 de Janeiro de 2015
Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/873(XXVI) Anexo2
Original: Inglês

DECLARAÇÃO DA TERCEIRA REUNIÃO DE ALTO NÍVEL SOBRE REDUÇÃO DO RISCO DE CATÁSTROFES

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

5.ª PLATAFORMA REGIONAL AFRICANA E 3.ª REUNIÃO DE ALTO NÍVEL SOBRE A REDUÇÃO DO RISCO DE CATÁSTROFES

● ABUJA (NIGÉRIA) ● 13 – 16 DE MAIO DE 2014 ●

DECLARAÇÃO DA TERCEIRA REUNIÃO DE ALTO NÍVEL SOBRE REDUÇÃO DO RISCO DE CATÁSTROFES

Abuja, República Federal da Nigéria, 16 de Maio de 2014

DECLARAÇÃO DA TERCEIRA REUNIÃO DE ALTO NÍVEL SOBRE A REDUÇÃO DO RISCO DE CATÁSTROFES

PREÂMBULO

A Terceira Reunião de Alto Nível sobre a Redução do Risco de Catástrofes realizou-se no quadro do mecanismo da Quinta Plataforma Regional Africana para Redução do Risco de Catástrofes, de 13 a 16 de Maio de 2014, em Abuja, Nigéria. A Reunião foi acolhida e presidida pela República Federal da Nigéria e convocada pela Comissão da União Africana com o apoio da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e do Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Catástrofes (UNISDR).

DECLARAÇÃO

Nós, os Ministros e Chefes de Delegações africanos presentes na Reunião Ministerial de 16 de Maio de 2014:

I. Tomamos nota das consultas sobre o Mecanismo para Redução do Risco de Catástrofes Pós 2015 realizadas aos níveis nacional, sub-regional e continental, dos resultados da 4.ª Plataforma Regional Africana para Redução do Risco de Catástrofes (13-15 de Fevereiro de 2013, Arusha, Tanzânia), da Posição Africana apresentada pela União Africana na 4.ª Sessão da Plataforma Global para Redução do Risco de Catástrofes (19-23 de Maio de 2013, Genebra, Suíça), da Reunião Consultiva sobre o Mecanismo para Redução do Risco de Catástrofes Pós 2015 (25-26 de Novembro de 2013, Nairobi, Quénia) e do subsequente sumário da Declaração;

II. Tomamos ainda nota do Sumário da Declaração do Grupo de Trabalho África (extensiva) da reunião (11-12 de Março de 2014, Abuja, Nigéria) que inclui recomendações para a contribuição da África ao Mecanismo para Redução do Risco de Catástrofes Pós 2015 – como base das discussões na 5.ª Plataforma Regional Africana para Redução do Risco de Catástrofes, 13-16 de Maio de 2014, Abuja, Nigéria;

III. Relembramos os mecanismos globais e regionais sobre a redução do risco de catastrophes, particularmente a Estratégia Regional Africana sobre a Redução do Risco de Catástrofes (2004) e a Declaração de Hyogo e o Mecanismo de Hyogo de Acção 2005-2015: Construir a Resiliência das Nações e Comunidades as Catástrofes e reconhecer as conquistas e as lacunas existentes;

IV. Relembramos ainda a Declaração da 2.ª Conferência Ministerial Africana sobre a Redução do Risco de Catástrofes, realizada em Nairobi, Quénia, de 14 a 16 de Abril de 2010 que adoptou o Programa Extensivo de Acção (2006-2015) e sublinhou a necessidade de continuação da Estratégia Regional Africana para a Redução do Risco de Catástrofes e o Mecanismo de Hyogo de Acção como mecanismos válidos para a redução do risco de catástrofes com a necessidade de reforçar a sua implementação;

V. Tomamos conhecimento do Relatório da 5.ª Sessão Especial da Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente (AMCEN), realizada em Gaborone, Botsuana, de 15-18 de Outubro de 2013 que tratou da redução do risco de catástrofes no contexto do desenvolvimento sustentável;

VI. **Reconhecemos** os contínuos esforços dos Países africanos, especialmente a contribuição das Comunidades Económicas Regionais, dos Governos locais, profissionais das comunidades e da sociedade civil para redução do risco de catástrofes e a sua integração com a adaptação as alterações climáticas para desenvolvimento sustentável e reforço da resiliência;

VII. Reconhecemos ainda os esforços em curso aos níveis nacional e regional para reforçar a resiliência das Nações e das Comunidades as catastrophes, incluindo Resiliência a Catástrofe da Seca e a Inivciativa de Sustentabilidade na Região da IGAD e a Aliança Global para a Iniciativa de Resiliência (AGIR) no Sahel e na Região da África Ocidental e aplaudimos a colaboração entre a IGAD e o Comité Permanente Inter-estatal de Luta contra a Seca no Sahel (CILSS) como uma exemplar cooperação Sul-Sul;

VIII. Apreciamos o papel da Plataforma Regional sobre a Redução do Risco de Catástrofes como um efectivo fórum de coordenação que reune Governos, organizações inter-governamentais e Intervenientes e apela as suas comunidades numa base regular;

IX. Exprimimos a nossa profunda preocupação perante a magnitude e a intensidade de catastrophes, agravadas pelo terrorismo e os conflitos armadas e o seu crescent impacto nos recentes anos em África, os quais têm resultado em massivas perdas de vida e consequências sociais, económicas, ambientais e humanitárias negativas para as sociedades vulneráveis que impedem atingir o desenvolvimento sustentável;

X. Advogamos pela inclusão de elementos adiccionais para tomar em conta os riscos emergentes e a sua prevenção através da gestão prévia do risco para desenvolvimento sensível ao risco;

XI. Reconhecemos a redução do risco de catastrophes como meio efectivo para atingir a resiliência através da prevenção, mitigação e preparação para permitir as Nações e as Comunidades absorver as perdas e danos, minimizar os impactos e seguir em frente;

Pela presente:

1. Adoptamos o Sumário da Declaração sobre a Contribuição da África para o Mecanismo da Redução do Risco de Catástrofes Pós-2015 e os Compromissos dos Intervenientes Voluntários;

2. Exprimimos o compromisso dos nossos Governoses para com a Posição Africana sobre o Mecanismo para Redução do Risco de Catástrofes Pós 2015;

3. Instamos a Comissão da União Africana a submeter essa Declaração à Cimeira da União Africana para ratificação;

4. Exprimimos ainda o compromisso de promover em 2015 uma coordenada e mutuamente reforçada abordagem dos três acordos internacionais – o Mecanismo para Redução do Risco de Catástrofes Pós 2015, os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável e os Acordos sobre as Alterações Climáticas;

5. Instamos ainda a Comissão da União Africana e o Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Catástrofes, enquanto Secretariado da Terceira Conferência Mundial da ONU sobre a Redução do Risco de Catástrofes (14-18 de Março de 2015, Sendai, Japão) para assegurar a incorporação da Contribuição da África no Mecanismo Global para Redução do Risco de Catástrofes Pós 2015 de acordo com o processo formal adoptado pela Assembleia-geral das Nações Unidas através da Resolução A/RES/68/211, de 20 de Dezembro de 2013;

6. Apelamos os Governos nacionais e locais e os profissionais das Comunidades, Parlamentares e as Comunidades Económicas Regionais, para, sob os auspícios da Comissão da União Africana, assegurarem a implementação das recomendações da Declaração e dos seus elementos constituintes;

7. Apelamos ainda o UNISDR para continuar prestando o seu apoio institucional para coordenação e monitorização regional da redução do risco de catastrophes da implementação sob a liderança da Comissão da União Africana e em cooperação com as Comunidades Económicas Regionais;

8. Encorajamos os Parceiros de desenvolvimento, incluindo os Doadores, Nações Unidas, Organizações Não Governamentais, Federação Internacional da Cruz Vermelha e Sociedades do Crescente Vermelho, Instituições académicas, científicas e tecnológicas, outras organizações internacionais, profissionais das Comunidades, pessoas portadoras de deficiências, jovens, grupos de mulheres, sector privado e os medias para reforçarem e fortalecerem a sua activa e conjunta colaboração com os Governos, Parlamentares e as Comunidades Económicas Regionais para implementação das recomendações.

Feita em 16 de Maio de 2014 em Abuja, Nigéria

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository **http://archives.au.int**

Organs Council of Ministers & Executive Council Collection

2015

Report on the 5th Africa regional platform and the third High-level meeting on disaster risk reduction Abuja, Federal Republic of Nigeria 13 - 16 May, 2014

African Union

African Union

http://archives.au.int/handle/123456789/4643

Downloaded from African Union Common Repository